

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRA RAZÃO :

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ – DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU-PR

Referência:

Pregão Eletrônico nº 001/2022

Processo: 08389001400202170

Recorrente: LINCE – SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA

Recorrida: IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

Objeto: escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel - PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva

A empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.394.613/0001-08, com endereço na Rua Maximino Tosi, nº 419, Jd. Festugato, na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, e endereço eletrônico [licitacoes@iguasseg.com.br](mailto:licitacoes@iguasseg.com.br), onde deverão ser encaminhadas todas as intimações, vem, perante Vossa Senhoria, nos termos do art. 4º, XVIII, parte final, da lei 10.520/02 apresentar:

#### CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela empresa LINCE – SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, ora Recorrente, em razão da habilitação e declaração da Recorrida como vencedora do presente certame, o que faz com base no adiante fundamentado.

##### 1. DA TEMPESTIVIDADE

Sem quaisquer delongas, o prazo consignado no sistema para apresentação das razões recursais está de acordo com a legislação vigente, restando marcado para dia 12/07/2022 o último dia de prazo. Em assim sendo, tempestiva, portanto, a apresentação da presente peça.

##### 2. DOS FATOS

O presente certame, já anteriormente identificado em epígrafe, tinha data para abertura das propostas em 22/06/2022 e início da sessão de disputa, o qual assim ocorreu, havendo a abertura das propostas para análise e classificação no mesmo dia.

Após a fase da disputa, a pregoeira procedeu com a convocação da empresa melhor classificada, a qual veio a ser desclassificada ao ser constatado que deu um lance inexecutável em um dos itens durante a disputa.

Em seguida, a ora recorrida foi convocada para envio da proposta ajustada, ocasião em que cumpriu com todas as diligências solicitadas pela pregoeira e equipe de apoio, vindo a ser habilitada e declarada vencedora do certame em 04/07/2022.

Irresignada com a decisão, a recorrente manifestou intenção de recurso, apresentando regularmente as suas razões recursais dentro do prazo consignado no sistema. Contudo, conforme adiante se demonstrará, as parcas alegações da recorrente não merecem acolhida, devendo ser mantida a correta e irretocável decisão da douta Pregoeira.

É a síntese do necessário.

Assim, contrarrazoa-se o recurso administrativo interposto pelos fundamentos que passa a expor.

### 3. DAS INFUNDADAS RAZÕES DA RECORRENTE

Em apertada síntese, alega a recorrente que alguns dos atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida não poderiam ser aceitos, sendo eles: Condomínio Vila B, Villagio Cataratas e Condomínio Maria Teresa, sustentando a recorrente que os emitentes são condomínios e por esta razão não possuem capacidade jurídica, tratando-se, pois, de entes despersonalizados, considerando que o item 9.11.1 do Edital menciona que o atestado deverá ser prestado por pessoa jurídica de direito público ou privado, concluindo a recorrente que condomínios residenciais não são considerados pessoas jurídicas.

Antes de tudo, é importante ressaltar que os condomínios possuem natureza jurídica sui generis, isto é, não detém, APENAS EM REGRA, personalidade jurídica, pois não exercem atividade econômica, com ou sem fins lucrativos, sendo equiparados, no entanto, as empresas no que tange a obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

Embora o Edital mencione que o atestado de capacidade técnica deva ser emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, não podem os agentes públicos se olvidarem da necessidade de se interpretar a legislação de forma sistemática, analisando a norma levando em consideração o sistema em que ela está inserida. Assim, deve ser verificada a lei, o capítulo, o título, o conjunto normativo (ex: direito civil ou penal), as disposições constitucionais, jurisprudenciais, etc.

A interpretação sistemática parte do pressuposto "de que a lei NÃO EXISTE ISOLADAMENTE, devendo ser alcançado o seu sentido EM CONSONÂNCIA COM A DEMAIS NORMAS que inspiram aquele ramo do Direito".

A despeito desta circunstância, embora o art. 44 (I a V) do Código Civil permaneça ignorando o condomínio edilício no rol de pessoas jurídicas de direito privado, basicamente pela teoria adotada na lei civil: "subsistência, em cada condômino, da propriedade sobre toda a coisa", a jurisprudência a todo o momento tem reconhecido a personalidade jurídica deste ente em diversas ocasiões, sendo possível até mesmo que os condomínios consigam adquirir imóveis:

"Dúvida - registro de imóveis - escritura de doação - condomínio edilício que figura como donatário - personalidade jurídica - rol taxativo do art. 44, do Código Civil de 2002 - construção jurisprudencial - instrumentalidade dos registros públicos - convenção de condomínio - aquisição em benefício dos condôminos - possibilidade - apelação à qual se dá provimento. 1. A AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA DE CONDOMÍNIO EDILÍCIO NÃO IMPEDE O RECONHECIMENTO DE SUA CAPACIDADE PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM BENEFÍCIO DE TODA A COLETIVIDADE DE CONDÔMINOS. 2. O princípio da especialidade objetiva do registro imobiliário, um dos vetores em que se apóia a confiança da população no sistema de publicidade registral, é instrumento jurídico adequado a conferir a devida segurança jurídica na aquisição de área privativa de imóvel em regime de co-propriedade e sua destinação como área de uso comum. (TJMG - Apelação Cível 1.0188.13.006872-2/001, Relator (a): Des.(a) Marcelo Rodrigues, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/11/2015, publicação da sumula em 09/12/2015)"

Também não é novidade para ninguém que os condomínios são capazes de tutelar diversas relações de seu interesse, como por exemplo, contratar empregados, serviços, pagar seus impostos, etc., sendo que também podem figurar tranquilamente como parte em uma relação contratual:

"TJ-SP - Apelação Cível AC 10033154020198260006 SP 1003315-40.2019.8.26.0006 (TJ-SP) Jurisprudência•Data de publicação: 23/09/2020

Apelação cível. Plano de saúde coletivo empresarial. Recusa em contratar. Ação movida por condomínio. Sentença de procedência. 1.Preliminar. Apelação interposta antes do julgamento dos embargos de declaração. Ratificação das razões não é condição de admissibilidade do recurso. Entendimento superado. Inteligência do art. 1.024, § 4º, CPC. 2.Mérito. RECUSA EM CONTRATAR FUNDAMENTADA NA AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA DO CONDOMÍNIO. Art. 44 CC e Resolução 195 da ANS. Partes já haviam celebrado outro contrato. Comportamento contraditório da ré. VIOLAÇÃO À BOA-FÉ OBJETIVA. Art. 422, CC. Venire contra factum proprium. De qualquer forma, "deve ser reconhecida personalidade jurídica ao condomínio edilício nas relações jurídicas inerentes às atividades de seu peculiar interesse" (Enunciado 90 da I Jornada de Direito Civil). No caso, se o condomínio pode contratar empregados, também pode contratar benefícios em favor deles. Condomínio é equiparado a pessoas jurídicas em diversas situações admitidas em lei, paga impostos, contrata serviços, movimenta contas bancárias. NADA IMPEDE A FORMAÇÃO DE RELAÇÃO CONTRATUAL COM A RÉ, NO CASO CONCRETO. Apelação não provida."

A discussão a respeito da natureza jurídica dos condomínios é bastante complexa. Não à toa, em uma das jornadas de Direito Civil, promovidas desde 2002 pelo CEJ/CJF, as quais promovem a discussão sobre proposições interpretativas a respeito de dispositivos do Código Civil, resultando em enunciados que AUXILIAM OS OPERADORES DO DIREITO EM SEUS TRABALHOS DOUTRINÁRIOS OU JURISDICIONAIS, já foi aprovado o seguinte enunciado:

"90 - Art. 1.331: DEVE SER RECONHECIDA PERSONALIDADE JURÍDICA AO CONDOMÍNIO EDILÍCIO (Alterado pelo En. 246 - III Jornada, que suprimiu a parte final do enunciado: "nas relações jurídicas inerentes às atividades de seu peculiar interesse")."

Assim, a despeito de tudo o que foi analisado, a justificar o reconhecimento da personalidade jurídica dos condomínios, a verdade é que SOMENTE AINDA NÃO O TEM PELA OMISSÃO DO LEGISLADOR, apenas pela inexistência de declaração formal e expressa da lei, pura e simplesmente, de sorte que, a rigor, NADA no sistema jurídico brasileiro impede que o legislador ou o judiciário o façam, sendo que este último, inclusive, JÁ VEM FAZENDO HÁ DÉCADAS em situações das mais variadas.

Como a própria recorrente citou, já há projeto de lei em andamento, PL 3461/2019, com a finalidade de prever a personalidade jurídica do condomínio edilício. Ocorre que referida lei, caso aprovada, apenas reconhecerá uma situação que JÁ OCORRE DE FATO em diversos âmbitos. O próprio autor do projeto, Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), afirma que a propositura do projeto é para resolver problemas meramente burocráticos.

"A possibilidade de instituição de pessoa jurídica permitirá que os condomínios resolvam problemas burocráticos que atualmente têm enfrentado, como a dificuldade para aquisição e registro de imóveis"

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Como se vê, os próprios agentes envolvidos no processo de construção e mutação legislativa, tem ciência de que a discussão sobre a personalidade jurídica dos condomínios já é algo visto APENAS COMO ENTRAVE BUROCRÁTICO, a justificar o que acima foi afirmado, sobre tal fato ser uma verdadeira omissão do legislador que está se buscando resolver agora.

De mais a mais, para finalizar a discussão, é preciso se ater a FINALIDADE do atestado de capacidade técnica.

O atestado, a grosso modo, não tem nenhum objetivo além do que ATESTAR QUE UM SERVIÇO FOI PRESTADO, por um certo período de tempo sem intercorrências.

Desta feita, se o condomínio pode realizar a contratação de empresas prestadoras de serviços, por que motivo, por uma interpretação isolada e restritiva de alguns pontos da legislação, NÃO PODERIA TAMBÉM ATESTAR A BOA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS? Não faz ABSOLUTAMENTE NENHUM SENTIDO, sendo que sua natureza jurídica, em nada interferirá na VERDADE MATERIAL do que está sendo atestado, sendo inclusive que tudo pode ser comprovado mediante outros meios de prova (contratos, holerites, etc.) o que na verdade sequer seria preciso, dado que o apresentado foi suficiente para demonstrar o pleno atendimento da capacidade técnica requerida.

Com a devida vênia, chega a ser absurdo o ponto principal em que se alicerça a irresignação da recorrente, se baseando numa questão que gera muita discussão doutrinária, sem, contudo, desconstruir a validade dos atestados.

Na vã tentativa de tentar desconstituir os atestados apresentados, alega que o atestado da Vila B não afirma que os serviços foram eficazes a ponto de demonstrar a capacidade técnica. Ao contrário, foi apresentado atestado, dando conta da boa prestação dos serviços de 2008 a 2013, sendo que posteriormente, de 2014 a 2021, foi juntado notas fiscais e aditivos contratuais que comprovam a continuidade dos serviços. Caso os serviços não estivessem sendo prestados a contento, não haveria a continuidade da relação contratual, que perdura, HÁ MAIS DE 13 ANOS. Tal fato (a boa prestação de serviços) poderá ser diligenciado pela Pregoeira e equipe de apoio a qualquer momento, conforme já foi afirmado nas diligências.

Sobre o atestado emitido pelo condomínio Maria Teresa, embora não conste a descrição dos postos no atestado, referido documento ENCONTRA-SE ACOMPANHADO DO CONTRATO, que detalhadamente descreve os serviços prestados, onde consta o quantitativo dos postos. Não merece guarida esta alegação, portanto.

Sobre o atestado emitido pelo condomínio residencial Villagio, a data de emissão do documento, em nada interfere no ateste de comprovação da prestação de serviços, que se deu sempre a contento e permanece ocorrendo até o momento.

Desta forma, é possível concluir claramente que a principal irresignação da Recorrente se funda em um item isolado do Edital, buscando a inabilitação da recorrida por meio da tentativa de incutir na Pregoeira e equipe de apoio uma interpretação restritiva e igualmente isolada da legislação vigente, sem se atentar que a natureza jurídica dos condomínios é discussão complexa, sendo pacífico que sua personalidade jurídica é sim reconhecida tanto no âmbito doutrinário, quanto jurisprudencial, sendo que tal fato é TOTALMENTE IRRELEVANTE para fins de licitação, onde o que importa é a constatação da capacidade técnica da recorrida, sendo a personalidade jurídica dos condomínios atestantes, um mero detalhe que o judiciário costuma reverter reiteradamente, em diversas ocasiões, conforme jurisprudências acima colacionadas.

De igual modo, os pontos elencados referente a "irregularidade" dos atestados foram todos rebatidos, considerando que a recorrida apresentou todo o necessário para comprovar sua capacidade técnica, bem como ficará a disposição para apresentar quaisquer outros documentos que a pregoeira e equipe de apoio julgarem necessários, o que certamente não será preciso.

#### 4. DOS PEDIDOS

Diante de todo o zelo e o empenho desta digníssima Pregoeira e sua Equipe de Apoio em guardar de forma absolutamente exemplar, o caráter isonômico do procedimento, respeitando os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa, e da Supremacia do Poder Público, requer-se a improcedência dos pedidos formulados pela empresa Recorrente, bem como seja MANTIDA a habilitação da Recorrida, por medida de inteira JUSTIÇA.

Termos em que,  
Espera deferimento.

Foz do Iguaçu, em 11 de outubro de 2021.

IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA  
CNPJ 07.394.613/0001-08

Helter de Oliveira  
Advogado  
OAB/PR 110.224

**Voltar**   **Fechar**